

**RANIERO CANTALAMESSA**



**2021**  
**PREGAÇÕES DO ADVENTO**

Editado por



**Pregações do Advento  
à Cúria Romana  
2021**

**Cardeal Raniero Cantalamessa**

Tradução de Fr. Ricardo Farias, ofmcap

Fonte:

*<https://www.vaticannews.va>*

## Primeira Pregação

### “DEUS ENVIOU O SEU FILHO PARA QUE TODOS RECEBÊSSEMOS A FILIAÇÃO ADOPTIVA”

Na Quaresma passada, busquei evidenciar o perigo de viver “*etsi Christus non daretur*”, “como se Cristo não existisse”. Continuando nesta linha, nas meditações do Advento gostaria de chamar a atenção sobre um outro perigo análogo: aquele de viver “como se a Igreja não fosse mais do que isso”, ou seja, escândalos, controvérsias, embates de personalidades, fofocas ou, no máximo, alguma boa ação em campo social. Em suma, algo humano, como todo o resto ao longo da história.

O que me proponho é evidenciar o esplendor interior da Igreja e da vida cristã. Não para fechar os olhos sobre a realidade de facto ou para nos eximirmos de nossas responsabilidades, mas para encará-las sob a justa perspectiva e não nos deixarmos subjugar por elas. Não podemos pedir aos jornalistas e aos meios de comunicação para que levem em conta como a Igreja interpreta a si mesma (ainda que fosse desejável que o fizessem), mas o mais seria se também nós, homens de Igreja e ministros do Evangelho terminássemos por perder de vista o mistério que habita a Igreja e nos resignássemos em jogar sempre fora de casa e na defensiva.

“Trazemos esse tesouro em vasos de barro”, escreveu o Apóstolo falando do anúncio evangélico (2 Cor 4,7). Seria ingénuo passar todo o tempo discutindo sobre o “vaso de barro”, esquecendo “o tesouro”. O Apóstolo ajuda-nos a colher mesmo o positivo que há em tal situação. Isto, afirma, acontece “para que todos reconheçam que este poder extraordinário vem de Deus e não de nós” (2 Cor 4,7).

Acontece com a Igreja como com os vitrais de uma catedral (fiz essa experiência visitando a catedral de Chartres). Se alguém olha os vitrais do exterior, da rua pública, não vê mais do que pedaços de vidro escuro ligados por linhas de chumbo também escuras. Mas se entrarmos nela e olharmos aqueles mesmos vitrais contra a luz, que esplendor de cores, de histórias e significados diante de nossos olhos! Assim, propomo-nos a olhar a Igreja a

partir de dentro, no sentido mais forte da palavra, à luz do mistério de que é portadora.

Na Quaresma, orientou-nos o dogma calcedoniano de Cristo verdadeiro homem, verdadeiro Deus, e uma pessoa. Agora, irá orientar-nos um dos textos litúrgicos mais típicos do Advento, isto é, Gálatas 4,4-7. Assim afirma:

Quando se completou o tempo previsto, Deus enviou o seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sujeito à Lei, a fim de resgatar os que eram sujeitos à Lei e para que todos recebêssemos a filiação adoptiva. E porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: Abá – ó Pai! Assim já não és mais escravo, mas filho; e se és filho, és também herdeiro: tudo isso, por graça de Deus.

Na sua brevidade, este trecho é uma síntese de todo o mistério cristão. Está presente a Trindade: Deus Pai, o seu Filho e o Espírito Santo; está a encarnação: “Deus *enviou* o seu Filho”; tudo isso não em abstrato e fora do tempo, mas numa história de salvação: “quando se completou o tempo”. Não falta nem mesmo a presença, discreta mas essencial, de Maria: “nascido de uma mulher”. Há, finalmente, o fruto disso tudo: homens e mulheres feitos filhos de Deus e templos do Espírito Santo.

#### **Filhos de Deus!**

Nesta primeira meditação, reflectamos sobre a primeira parte do texto: “Deus enviou o seu Filho, para que todos recebêssemos a filiação adoptiva”. A paternidade de Deus está no próprio coração da pregação de Jesus. Também no Antigo Testamento Deus é visto como pai. A novidade é que agora Deus não é visto tanto como “pai do seu povo Israel”, em sentido colectivo, por assim dizer, mas como pai de cada ser humano, justo ou pecador que seja: portanto, em sentido individual e pessoal. Ele se preocupa com cada um como se fosse o único; de cada um, conhece as necessidades, os pensamentos e conta até mesmo os cabelos da cabeça.

O erro da Teologia liberal, na passagem entre os séculos XIX e XX (sobretudo no seu mais ilustre representante, Adolf von Harnack), foi o de fazer desta paternidade a essência do Evangelho, prescindindo da divindade

de Cristo e do mistério pascal. Um outro erro (iniciado com a heresia de Marcião no II século e jamais completamente superado) é ver no Deus do Antigo Testamento um Deus justo, santo, poderoso e trovejante, e, no Deus de Jesus Cristo, um Deus paizinho terno, afável e misericordioso.

Não, a novidade de Cristo não consiste nisso. Consiste mais no facto de que Deus, permanecendo o que era no Antigo Testamento, ou seja, três vezes santo, justo e onnipotente, agora nos é dado como paizinho! É esta a imagem fixada por Jesus no início do Pai nosso e que contém *in nuce* todo o resto: “Pai nosso que estais nos céus”: “que estais nos céus”, isto é, que sois altíssimo, transcendente, que estais distante de nós tanto quanto o céu da terra; mas “pai nosso”, melhor, no original “Abá!”, algo parecido como o nosso papá, meu pai.

É também a imagem de Deus que a Igreja pôs no início do seu credo. “Creio em Deus, Pai todo-poderoso”: pai, mas todo-poderoso; todo-poderoso, mas pai. É isto, de resto, o que todo o filho precisa: ter um pai que se volte para ele, que lhe seja terno, com o qual pode brincar, mas que seja, ao mesmo tempo, forte e seguro para protegê-lo, infundir-lhe coragem e liberdade.

Na pregação de Jesus, começa-se a entrever a verdadeira novidade que mudará tudo. Deus não é pai apenas em sentido metafórico e moral, enquanto criou e cuida do seu povo. É também – e antes de tudo – verdadeiro pai de um verdadeiro filho gerado “antes da aurora”, ou seja, antes do início do tempo, e será graças a este Filho único que os homens poderão tornar-se também eles filhos de Deus em sentido real e não apenas metafórico. É a novidade que transparece da maneira de Jesus se dirigir ao Pai, chamando-o Abba e das suas palavras: “Ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11,27).

Deve-se notar, porém, que na pregação do Jesus terreno ainda não aparece toda a novidade por ele trazida a respeito da paternidade de Deus para com os homens. O âmbito de aplicação do título “Pai” permanece aquele moral; serve, assim, para definir o modo de agir de Deus em relação à humanidade e o sentimento que os homens devem nutrir em relação a Deus. A relação é de tipo existencial, não ainda ontológica e essencial. Para isso, era preciso o mistério pascal da sua morte e ressurreição.

Paulo reflecte este estágio pós-pascal da fé. Graças à redenção operada por Cristo e aplicada a nós no baptismo, nós não somos mais filhos de Deus em sentido apenas moral, mas também real, ontológico. Nós tornamo-nos “filhos no Filho”; Cristo tornou-se “o primogénito numa multidão de irmãos” (Rm 8,29).

Para expressar tudo isso, o Apóstolo serve-se da ideia da adoção: “... para que todos recebêssemos a filiação adoptiva”, “Ele nos destinou para sermos seus filhos adoptivos” (Ef 1,5). É apenas uma analogia e, como todas as analogias, insuficiente para expressar a plenitude do mistério. A adoção humana, em si mesma, é um facto jurídico. O filho adoptivo assume o sobrenome, a cidadania, a residência de quem o adopta, mas não compartilha do seu sangue ou do ADN do pai; não houve concepção, dores e parto. Para nós, não é assim. Deus não nos transmite apenas o nome de filhos, mas também a sua vida íntima, o seu Espírito, que é, por assim dizer, o seu ADN. Pelo baptismo, em nós corre a mesma vida de Deus.

Sobre este ponto, João é mais audaz do que Paulo. Ele não fala de adopção, mas de verdadeira e própria geração, de nascimento de Deus. Aqueles que acreditaram em Cristo “nasceram de Deus mesmo” (Jo 1,13); no baptismo realiza-se um nascimento “do Espírito”, “renasce-se do alto” (cf. Jo 3,5-6).

#### **Da fé ao estupor**

Até aqui, as verdades da nossa fé. Não é sobre elas, porém, que eu gostaria de me deter. São coisas que conhecemos e podemos ler em qualquer manual de teologia bíblica, no Catecismo da Igreja Católica e nos livros de espiritualidade... Qual é, então, a coisa diversa que propomos com esta reflexão?

Para descobri-la, parto de uma frase do nosso Santo Padre na catequese sobre a Carta aos Gálatas, da audiência de 8 de setembro passado. Após ter citado o nosso texto sobre a adopção a filhos, ele acrescentava: “Nós, cristãos, damos frequentemente por certa esta realidade de ser filhos de Deus. Ao contrário, é bom recordar sempre com gratidão o momento em que nos tornamos tais, o do nosso baptismo, para viver com maior consciência o grande dom recebido”.

É este, pois, o nosso perigo mortal: dar por certas as coisas mais sublimes da nossa fé, inclusive a de sermos nada menos do que filhos de Deus, do criador do universo, do todo-poderoso, do eterno, do doador da vida. São João Paulo II, na sua carta sobre a Eucaristia, escrita pouco antes da sua morte, falava do “estupor eucarístico” que os cristãos deveriam redescobrir. [1] O mesmo devemos dizer da filiação divina: passar da fé ao estupor. Ousaria dizer: da fé à incredulidade! Uma incredulidade toda especial: a de quem crê, sem poder capacitar-se daquilo que crê, de tanto que lhe parece algo enorme e impensável.

Ser filhos de Deus comporta, de facto, uma consequência que se ousa apenas formular, do tanto que ela parece vertigem. Graças a ele, o vão ontológico que separa Deus do homem é menor do que o vão ontológico que separa o homem do resto da criação! Sim, porque por graça nós nos tornamos “participantes da natureza divina” (2 Pd 1,4).

Um exemplo servirá melhor do que muitos raciocínios para entender o que significa não dar por certo o ser filhos de Deus. Após a sua conversão, Santa Margarida de Cortona passou por um período de terrível desolação. Deus parecia furioso com ela e, às vezes, fazia-lhe lembrar, um por um, todos os pecados cometidos, nos mínimos detalhes, fazendo-a desejar desaparecer da face da terra. Um dia, após a comunhão, uma voz de repente irrompeu dentro dela: “Minha filha!”. Ela, que tinha resistido à visão de todas as suas culpas, não resistiu à doçura desta voz, caiu em êxtase e, durante o êxtase, as testemunhas presentes ouviam-na repetir, fora de si, pelo estupor:

Sou sua filha, disse ele. Ó infinita doçura do meu Deus! Ó palavra tão longamente desejada! Tão insistentemente pedida! Palavra cuja doçura supera toda doçura! Oceano de alegria! Minha filha! Assim disse o meu Deus! Minha filha! [2]

Muito antes de Santa Margarida, tinha experimentado este mesmo fulgor o apóstolo João: “Vede – escrevia – que grande presente de amor o Pai nos deu: de sermos chamados filhos de Deus! E nós o somos!” (1 Jo 3,1). Uma frase, esta, claramente para ser lida com ponto de exclamação.

**Desligar o próprio baptismo**

Por que é assim importante passar da fé ao estupor, da fé crida (a *fides quae*) à fé crente (*fides qua*)? Não é suficiente crer e basta? Não, e por um motivo muito simples: porque isto – e apenas isto – muda realmente a vida!

Busquemos ver qual é o caminho que leva a este novo nível de fé. O Santo Padre, ouvimos, convidava a voltar ao próprio baptismo. Para entender como um sacramento recebido há muitos anos, frequentemente nos inícios da vida, possa improvisadamente voltar a viver e liberar energia espiritual, é ter presentes alguns elementos de teologia sacramental.

A teologia católica conhece a ideia de sacramento válido e lícito, mas “ligado”. O baptismo frequentemente é um próprio sacramento ligado. Diz-se de um sacramento “ligado” se o seu fruto permanece vinculado, não usufruído, por falta de certas condições que impedem a sua eficácia. Um exemplo extremo é o sacramento do matrimónio ou da sagrada ordem recebidos em estado de pecado mortal. Nestas condições, tais sacramentos não podem conferir nenhuma graça às pessoas. Porém, removido o obstáculo do pecado com uma boa confissão, diz-se que o sacramento revive (*reviviscit*) graças à fidelidade e à irrevocabilidade do dom de Deus, sem a necessidade de se repetir o rito sacramental. [3]

O do matrimónio ou da ordem é, eu dizia, um caso extremo, mas são possíveis outros casos em que o sacramento, mesmo não sendo totalmente ligado, contudo não é nem mesmo completamente desligado, isto é, livre para operar os seus efeitos. No caso do baptismo, o que faz com que o fruto do sacramento permaneça ligado? Os sacramentos não são ritos mágicos que agem mecanicamente, sem o conhecimento do homem, ou prescindindo de toda a sua colaboração. A sua eficácia é fruto de uma sinergia, ou colaboração, entre a onipotência divina (concretamente: a graça de Cristo ou o Espírito Santo) e a liberdade humana.

Tudo o que no sacramento depende da graça e da vontade de Cristo chama-se “a obra operada” (*opus operatum*), isto é, obra já realizada, fruto objectivo e seguro do sacramento, quando é administrado validamente; tudo isso, por sua vez, que depende da liberdade e das disposições do sujeito, chama-se “a obra a ser operada” (*opus operantis*), ou seja, a obra a ser realizada, a contribuição do homem.



A parte de Deus ou a graça do baptismo é multiforme e riquíssima: filiação divina, remissão dos pecados, habitação do Espírito Santo, virtudes teológicas de fé, esperança e caridade infundidas em germe na alma. A contribuição do homem consiste essencialmente na fé! “Quem crer e for baptizado será salvo” (Mc 16,16). Há um sincronismo perfeito entre graça e liberdade; acontece como quando os dois polos, positivo e negativo, se tocam e assim liberam a luz.

No baptismo recebido quando crianças (mas também no baptismo recebido quando adultos, se não foi acompanhado de íntima convicção e participação), este sincronismo vem a faltar. Não se trata de abandonar a prática do baptismo de crianças. A Igreja, justamente, sempre o praticou e defendeu, vendo no baptismo um dom de Deus, antes mesmo de ser fruto de uma decisão humana. Trata-se mais de uma questão de reconhecer o que esta prática comporta na nova situação histórica em que vivemos.

Uma vez, quando todo o ambiente cristão é impregnado de fé, esta fé podia desabrochar, mesmo se gradualmente. O acto de fé livre e pessoal era “suprido pela Igreja” e expressado, como por pessoa interposta, pelos pais e padrinhos. Agora já não é mais assim. O ambiente em que a criança cresce não é aquele que faz desabrochar nele a fé; frequentemente, não o é a família, menos ainda a escola, e bem menos a sociedade e a cultura.

Eis porque eu falava do baptismo como de um sacramento “ligado”. Ele é como uma riquíssima caixa de presente, mas que permanece lacrado, como certos presentes natalícios deixados em algum lugar, antes mesmo de serem abertos. Quem o possui tem os “títulos” para cumprir todos os atos necessários à vida cristã e daí também obter algum fruto, ainda que parcial, mas não possui a plenitude da realidade. Na linguagem de Santo Agostinho, possui o sacramento (*sacramentum*), mas não – ao menos plenamente – a realidade dele (*a res sacramenti*).

Se nós estamos aqui meditando sobre isso, quer dizer que já cremos, que em nós a fé se somou ao sacramento. Portanto, o que ainda nos falta? Falta-nos a fé-estupor, aquele arregalar os olhos e aquele “Oh!” de maravilha ao abrir o presente, que é a recompensa mais grata a quem deu o presente. O baptismo – diziam os Padres gregos – é “iluminação” (*photismos*). Alguma vez, produziu-se em nós esta iluminação?

Perguntamo-nos: é possível – melhor, é lícito – aspirar a este nível diverso de fé em que não apenas se crê, mas se experimenta e se “saboreia” a verdade crida? A espiritualidade cristã frequentemente foi acompanhada de uma reserva, ou mesmo (como no caso dos Reformadores) de uma rejeição da dimensão experiencial e mística da vida cristã, vista como algo inferior e contrário à pura fé. Mas, apesar dos abusos que também aconteceram, na tradição cristã jamais faltou a corrente sapiencial que põe o ápice da fé em “saborear” a verdade das coisas cridas, no “gosto” da verdade, inclusive o gosto amargo da verdade da cruz.

Na linguagem bíblica, *conhecer* não significa ter a ideia de uma coisa que, contudo, permanece fora e separada de mim; significa entrar em relação com ela, fazer experiência dela (fala-se até de um conhecer a própria esposa, ou conhecer a perda dos filhos!). O evangelista João exclama: “E nós *conhecemos* o amor que Deus tem para conosco, e *acreditamos* nele” (1 Jo 4,16), e ainda: “Nós *cremos* firmemente e *reconhecemos* que tu és o Santo de Deus” (Jo 6, 69). Porquê “conhecemos e cremos”? O que “conhecemos” acrescenta a “cremos”? Acrescenta aquela certeza interior pela qual a verdade se impõe ao espírito somos levados a exclamar dentro de nós: “Sim, é verdade, não há dúvida, é justamente assim!”. A verdade *crida* se faz realidade *vivida*. “*Fides non terminatur ad enuntiabile sed ad rem*”, escreveu Santo Tomás de Aquino: “A fé não termina no enunciado, mas na realidade”. [4] Jamais se termina de descobrir as consequências práticas que derivam deste princípio.

#### **A função da palavra de Deus**

Como tornar possível este salto de qualidade da fé ao estupor de nos entendermos como filhos de Deus? A primeira resposta é: a palavra de Deus! (há um segundo meio igualmente essencial – o Espírito Santo – mas deixá-lo-emos para a próxima meditação). São Gregório Magno compara a palavra de Deus à pedra de fogo, ou seja, aquela pedra que um tempo servia para produzir fagulhas e acender o fogo. É preciso, dizia, fazer com a Palavra de Deus o que se faz com a pedra de fogo: friccioná-la repetidamente até se produzir a fagulha. [5] Ruminá-la, repeti-la, também em alta voz.

Num momento de oração ou adoração, tentemos repetir dentro de nós, sem cansar e com vivo desejo: “Filho de Deus! Sou filho, sou filha de Deus. Deus é meu pai!” Ou simplesmente dizer: “Pai nosso que estais nos céus”, repetindo-o longamente, sem ir além. Aqui, mais do que nunca é necessário recordar as palavras de Jesus: “Batei e a porta vos será aberta” (Mt 7,7). Cedo ou tarde, quando talvez menos se espera, acontecerá: a realidade das palavras, talvez apenas por um instante, explodirá dentro de si e lhe bastará pelo resto da vida. Mas ainda que não acontecesse nada de impressionante, saiba que você obteve o essencial; o resto lhe será dado no céu.

### **Todos irmãos!**

Um resultado imediato de tudo isso é que se toma consciência da sua dignidade. “Reconhece ó cristão, a tua dignidade – nos exortará Leão Magno na noite de Natal –. Uma vez constituído participante da natureza divina, não penses em voltar às antigas misérias da tua vida passada”. [6] Que dignidade nos pode ser superior àquela de sermos filhos de Deus? Conta-se que a filha de um rei da França, orgulhosa e mesquinha, repreendia continuamente uma de suas servas e, um dia, gritou-lhe: “Não sabes que sou a filha do teu rei?”, ao que a serva respondeu: “E tu não sabes que sou a filha do teu Deus?”.

Um outro resultado, ainda mais importante, é que se toma consciência da dignidade dos demais, também eles filhos e filhas de Deus. Para nós, cristãos, a fraternidade humana tem a sua razão última no facto de que Deus é pai de todos, que todos somos filhos e filhas de Deus e, por isso, irmãos e irmãs uns dos outros. Não pode haver um vínculo mais forte do que este, e, para nós, cristãos, uma razão mais urgente para promover a fraternidade universal. São Cipriano dizia: “Não pode ter Deus como pai quem não tem a Igreja como mãe”. [7] Devemos acrescentar: “Não pode ter Deus por pai quem não tem o próximo como irmão”.

Por isso, tentaremos não mais fazer uma coisa. Não diremos, nem mesmo tacitamente, a Deus Pai: “Escolhe, entre mim e o meu adversário; declara de que parte estás!”. Não se pode impor a um pai esta alternativa cruel de escolher entre dois filhos, apenas porque estão em litígio entre si. Por isso, não tentaremos Deus, pedindo-lhe para tomar a nossa causa contra o irmão.

Quando estivermos em divergência com um irmão, antes mesmo de discutir e fazer o nosso ponto de vista (que também é lícito e às vezes um dever), diremos a Deus: “Pai, salva aquele meu irmão, salva-nos, a nós os dois; não desejo ter razão e que ele esteja errado. Desejo que também ele esteja na verdade, ou ao menos de boa-fé”. Esta misericórdia de uns para com os outros é indispensável para viver a vida do Espírito e a vida comunitária em todas as suas formas. É indispensável para a família e para toda comunidade humana e religiosa, inclusive a Cúria Romana. Nós, diz Santo Agostinho, somos vasos de argila: nós nos maguamos só de nos tocar. [8]

Recordámos acima as exclamações de Santa Margarida de Cortona, ao sentir-se interiormente chamada por Deus “minha filha”: “Sou sua filha, disse ele... Oceano de alegria! Minha filha! Assim disse o meu Deus! Minha filha!”. Que pudéssemos alguma vez experimentar algo parecido, escutando aquela mesma voz de Deus, não ressonante na nossa mente (que pode enganar-se!), mas escrita, preto no branco, na página da Bíblia que estamos meditando: “Não és mais escravo, mas filho; e se és filho, és também herdeiro!”.

O Espírito Santo, veremos da próxima vez, se Deus quiser, está pronto para nos ajudar nesta empresa.

## Segunda Pregação

### “DEUS ENVIOU AOS NOSSOS CORAÇÕES O ESPÍRITO DO SEU FILHO”

Em 1882, o arqueólogo William M. Ramsay descobriu em Hierápolis, na Frígia, uma antiga inscrição grega. O achado foi doado pelo sultão Abdul Hamid ao Papa Leão XIII em 1892, por ocasião do seu jubileu. Do Museu Lateranense, ele passou em seguida ao Museu Pio Cristão.

O epitáfio – definido pelos historiadores “a rainha das inscrições cristãs” – contém o testamento espiritual de um bispo chamado Abércio, que viveu por volta do II século. Nele, o autor resume toda a sua experiência de fé cristã. Ele assim faz segundo a linguagem imposta naquele tempo pela “disciplina do arcano”, isto é, usando metáforas e expressões, que apenas os cristãos podiam entender o sentido, sem expor se a si mesmos e a outros ao escárnio e à perseguição. Vamos escutá-lo na parte que mais nos interessa:

“Eu chamo-me Abércio, (sou) discípulo do casto pastor de grandes olhos, que apascenta rebanhos de ovelhas por montes e planícies... Ele ensinou-me as escrituras dignas de fé; enviou-me a Roma para contemplar a realeza e ver uma rainha de vestes e calçados de ouro; lá eu vi um povo que traz um fúlgido emblema. Visitei também a planície da Síria e todas as suas cidades e, além do Eufrates, Nísibis. Em toda a parte encontrei irmãos..., fui acompanhado por Paulo, e a Fé me guiou em todos os lugares e me deu por alimento um enorme Peixe, puro, que a casta Virgem concebeu e que ela (a Fé) costuma dar de comer cada dia aos seus fiéis amigos, oferecendo um excelente vinho junto com o pão”. [1]

O pastor “de grandes olhos” é Jesus, as escrituras são a Bíblia, a rainha de vestes de ouro (alusão ao Salmo 45,10) é a Igreja, o emblema é o Batismo; Paulo é, naturalmente, o apóstolo; o peixe, como em tantos mosaicos antigos indica Cristo; a casta Virgem é Maria; o pão e o vinho são a Eucaristia. Aos olhos de Abércio, Roma não é tanto a capital do Império (que, naquele momento, também se encontrava no apogeu da sua potência), mas “a realeza” de um outro reino, o centro espiritual da Igreja.

O que marca neste testamento é a frescura, o entusiasmo e o estupor com que Abércio olha o novo mundo que a fé lhe desvelou diante de si. Para ele, tudo isso não é realmente nada dado por certo! É a verdadeira novidade do mundo e da história. É justamente por este motivo que o recordei: porque é o sentimento de que mais temos necessidade de redescobrir, nós, os cristãos de hoje. Trata-se, ainda uma vez, de olhar os vitrais da catedral a partir de dentro, ao invés da via pública.

Após mais de quarenta anos de voltas pelo mundo, pregando, eu poderia apropriar-me do testamento de Abércio, sem nem mesmo precisar de usar a sua linguagem velada. Também eu, na minha pequenez, encontrei em todos os lugares este povo novo que a *Lumen gentium* do Vaticano II define como o povo messiânico que “tem por cabeça Cristo, por condição a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus, por lei o novo mandamento do amor por fim o Reino de Deus” (cf. LG 9).

O mesmo Concílio recorda que a Igreja é feita de santos e de pecadores; antes, que ela mesma – como realidade concreta e histórica –, é santa e pecadora, “casta meretriz”, como a chamam certos Padres, [2] e que as duas coisas – pecado e santidade – estão presentes cada um dos seus membros, não apenas numa ou outra categoria deles. É justo, portanto, que nos entristecemos e choremos pelos pecados da Igreja, mas é também justo e um dever que nos alegremos pela sua santidade e sua beleza. Uma ou outra vez escolhemos fazer esta segunda coisa, que hoje talvez seja mais difícil e mais negligenciada.

#### **A prova de que somos filhos de Deus**

Voltemos ao texto de Gálatas que estamos comentando:

Quando se completou o tempo previsto, Deus enviou o seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sujeito à Lei, a fim de resgatar os que eram sujeitos à Lei e para que todos recebêssemos a filiação adoptiva. E porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: Abá – ó Pai! Assim já não és mais escravo, mas filho; e se és filho, és também herdeiro: tudo isso, por graça de Deus.

Meditámos na última vez sobre a primeira parte, sobre o nosso ser filhos de Deus; meditemos agora sobre a segunda parte, sobre o papel desempenhado em tudo isso pelo Espírito Santo. Devemos ter presente o trecho, quase geminado, de Romanos 8,15-16:

De facto, vós não recebestes um espírito de escravos, para recairdes no medo, mas recebestes um espírito de filhos adotivos, no qual todos nós clamamos: Abá – ó Pai! O próprio Espírito se une ao nosso espírito para nos atestar que somos filhos de Deus.

Da outra vez, eu falava da importância da Palavra de Deus para saborear a doçura de nos sabermos filhos de Deus e experimentar Deus como bom pai. São Paulo diz-nos agora que há um outro meio, sem o qual também a Palavra de Deus parece insuficiente: o Espírito Santo.

São Boaventura conclui o seu tratado *Itinerário da mente para Deus* com uma frase alusiva e misteriosa; afirma: “É este um dom místico e secretíssimo que ninguém conhece, senão quem o recebe. Nem o recebe, senão quem o deseja. Nem o deseja, senão quem está inflamado profundamente pelo fogo do Espírito Santo que Jesus Cristo enviou à terra...” [3] Por outras palavras, nós podemos desejar ter um conhecimento vivo do ser filhos de Deus e de experimentar isso, mas obter tudo isso é obra apenas do Espírito Santo.

O Espírito “atesta” que somos filhos de Deus? O que significam estas palavras? Não se pode tratar de uma espécie de atestado exterior e jurídico como nas adopções naturais, ou como a certidão de baptismo. Se o Espírito é “a prova” de que somos filhos de Deus, se ele assim “atesta” ao nosso espírito, não pode ser algo que acontece de alguma parte, mas de que não temos qualquer percepção ou confirmação.

Infelizmente, é assim que somos levados a pensar. Sim, no baptismo nós nos tornamos filhos de Deus, membros de Cristo, o amor de Deus foi infundido nos nossos corações..., mas tudo isso pela fé, sem que nada se mexa dentro de nós. Acreditado com a mente, mas não vivido com o coração. Como mudar esta situação? A resposta nos foi dada pelo Apóstolo: o Espírito Santo! Não apenas o Espírito Santo que recebemos no baptismo, mas aquele que devemos pedir e receber sempre de novo. O Espírito

“atesta” que somos filhos de Deus; atesta agora, não “atestou”, entenda-se, uma vez por todas, no batismo.

Busquemos, portanto, entender como o Espírito Santo opera este milagre de abrir os nossos olhos sobre a realidade que trazemos dentro. A melhor descrição de como o Espírito Santo leva a cumprimento esta operação no fiel, encontrei-a num discurso para Pentecostes, de Lutero (sigamos, com ele, o critério paulino de “examinar tudo e guardar o que for bom”).

Enquanto o homem viver em regime de pecado, sob a lei, Deus parece-lhe um patrão severo, alguém que se opõe à satisfação dos seus desejos com os seus autoritários: “Você deve.., você não deve”. Não deve desejar as coisas dos outros, a mulher dos outros... Neste estado, o homem acumula no fundo do coração um surdo rancor contra Deus, ele o vê como um adversário da sua felicidade, ao ponto que, se dependesse dele, seria bem feliz que não existisse. [4]

Se tudo isso nos parece uma reconstrução exagerada, de grandes pecadores, que não nos diz respeito, olhemo-nos dentro e observemos o que emerge do obscuro fundo do nosso coração diante de uma vontade de Deus, ou uma obediência que atravessa os nossos planos. Nos retiros espirituais que tenho a oportunidade de pregar, costumo propor aos participantes que façam em si mesmos um teste psicológico para descobrir qual a ideia de Deus que prevalece neles. Convido a questionarem-se: que sentimentos, que associações de ideias surgem espontaneamente em mim, antes de cada reflexão, quando, recitando o Pai nosso, chego às palavras: “seja feita a vossa vontade”?

Não é difícil perceber que, inconscientemente, vincula-se a vontade de Deus a tudo o que é desagradável, doloroso, e tudo o que constitui uma prova, uma exigência de renúncia, um sacrifício, a tudo o que, enfim, pode ser visto como mutilador da nossa liberdade e desenvolvimento individuais. Pensa-se em Deus como se ele fosse essencialmente inimigo de todas as festas, alegrias, prazeres. Se, naquele momento, pudéssemos olhar a nossa alma como num espelho, nós nos veríamos como pessoas que baixam a cabeça resignados, murmurando entre os dentes: “Se não podemos evitar... então, seja feita a vossa vontade”.



Vejam os que fazem o Espírito Santo para nos curar deste terrível engano herdado de Adão. Vindo em nós – no baptismo e, em seguida, em todos os outros meios de santificação – ele começa por nos mostrar um rosto diverso de Deus, o rosto a nós revelado por Jesus no Evangelho. Ele nos faz descobrir como aliado da nossa alegria, como aquele que, por nós, “não poupou o seu próprio Filho” (Rm 8,32).

Desagua pouco a pouco em nós o sentimento filial que se traduz espontaneamente no grito: *Abá*, ó Pai! Como Job no final de sua história, exclamamos: "Os meus ouvidos ouviram falar de ti, mas agora os meus próprios olhos te viram." (Job 42,5). O filho tomou o lugar do escravo e o amor, o do temor! O homem deixa de ser o antagonista de Deus e torna-se seu aliado. A aliança com Deus já não é apenas uma estrutura religiosa em que se nasce, mas uma descoberta, uma escolha, uma fonte de segurança inabalável: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (cf. Rm 8,31).

#### **A oração dos filhos**

O lugar privilegiado em que o Espírito Santo opera sempre de novo o milagre de nos fazer sentirmo-nos filhos de Deus é a oração. O Espírito não dá uma *lei* de oração, mas uma *graça* de oração. A oração não vem a nós, primariamente, por aprendizagem exterior e analítica, mas vem a nós por infusão, como dom. esta é a “boa notícia” a propósito da oração cristã! Vem a nós como a própria fonte da oração e ela consiste no facto de que “Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: *Abá*, ó Pai!” (Gl 4,6).

O grito do fiel: *Abá!* demonstra, por si só, que quem reza em nós, por meio do Espírito, é Jesus, o Filho unigénito de Deus. Por si só, de facto, o Espírito Santo não poderia dirigir-se a Deus, chamando-o *Abá*, porque ele não é “gerado”, mas apenas “procede” do Pai. Pode fazê-lo enquanto é o Espírito do Filho unigénito que continua nos membros a oração da cabeça.

É o Espírito Santo, portanto, que infunde no coração o sentimento da filiação divina, que nos faz *sentirmo-nos* (não apenas *sabermos!*) filhos de Deus. Às vezes, esta operação fundamental do Espírito realiza-se de modo repentino e intenso na vida de uma pessoa, e assim se pode contemplar todo o esplendor. Na ocasião de um retiro, de um sacramento recebido com

particulares disposições, de uma palavra de Deus escutada com o coração disponível, ou no momento da oração, para a efusão do Espírito (o chamado “batismo no Espírito”), a alma é inundada de uma luz nova, na qual Deus se revela a ela, de um modo novo, como Pai. Faz-se a experiência do que quer dizer realmente a paternidade de Deus; o coração entenece-se e a pessoa tem a sensação de renascer desta experiência. Dentro dela, surge uma grande confiança e um sentido jamais experimentado da condescendência de Deus.

Outras vezes, ao invés, esta revelação do Pai é acompanhada de um sentimento tal da majestade e transcendência de Deus, que a alma é como que sobrecarregada e reduzida ao silêncio. (Não estou descrevendo as minhas experiências, mas as dos santos!). Entende-se porque alguns santos iniciavam o “Pai nosso” e, depois de horas, ainda se detinham sobre estas primeiras palavras. De Santa Catarina de Sena, o seu confessor e biógrafo, o Bem-aventurado Raimundo de Cápuia, escreve que “dificilmente chegava a terminar um ‘Pai nosso’, sem já ter entrado em êxtase”. [5]

Este modo vívido de conhecer o Pai normalmente não dura muito, nem mesmo nos santos. Logo volta o tempo em que o fiel diz *Abá!*”, sem nada *sentir*, e continua a repeti-lo apenas em base à palavra de Jesus. É o momento, então, de recordar que, quanto menos aquele grito torna feliz quem o pronuncia, tanto mais feliz torna o Pai que o escuta, porque é feito de pura fé e de abandono.

Então, somos como o célebre músico (refiro-me a Beethoven) que, ficando surdo, continuava a compor e executar esplêndidas sinfonias para a alegria de quem escutava, sem que ele pudesse saborear uma só nota. Ao ponto de que, quando o público, após ter escutado uma obra sua (a célebre Nona Sinfonia), irrompeu em uma ovação de aplausos, tiveram que puxar-lhe a aba da roupa para que percebesse e se voltasse para agradecer. A surdez, ao invés de apagar a sua música, tornou-a mais pura, e assim também faz a aridez com a nossa oração, se perseverarmos nela.

Quando se fala da exclamação “*Abá, ó Pai!*”, nós costumamos pensar apenas em que tal palavra significa para quem a pronuncia, no que se refere a nós. Não se pensa quase nunca no que ela significa para Deus, que a escuta e no que produz nele. Não se pensa, enfim, na alegria de Deus em

ouvir ser chamado paizinho. Mas é pai, sabe o que se experimenta ao ouvir ser chamado assim com o timbre de voz do próprio filho ou da própria filha. É como tornar-se pai cada vez, pois cada vez aquele grito o recorda faz-lhe perceber quem você é; chama à existência a parte mais recôndita de você mesmo.

Jesus sabia disso, por isso chamou tão frequentemente Deus *Abá!* e ensinou-nos a fazer o mesmo. Nós damos a Deus uma alegria simples e única chamando-o paizinho: a alegria da paternidade. O seu coração “comove-se” dentro dele, o seu íntimo “arde de compaixão”, ao ouvir ser chamado assim (cf. Os 11,8). E tudo isso, dizia eu, podemos fazer também quando não “sentimos” nada.

É justamente nesse tempo de aparente distanciamento de Deus e de aridez que se descobre toda a importância do Espírito Santo para a nossa vida de oração. Ele – não visto e não ouvido por nós – “vem em socorro da nossa fraqueza”, preenche as nossas palavras e os nossos gemidos de desejo de Deus, de humildade, de amor, e “aquele que penetra o íntimo dos corações sabe qual é a intenção do Espírito” (cf. Rm 8,26-27). O Espírito torna-se, assim, a força da nossa oração “fraca”, a luz da nossa oração apagada; numa palavra, a alma da nossa oração. Realmente, ele “rega o que é seco”, como dizemos na sequência em sua honra.

Tudo isso acontece por fé. Basta eu dizer ou pensar: “Pai, tu me deste o Espírito de Jesus, teu Filho; formando “com ele um só espírito” (1 Cor 6,17), recitando esse salmo, celebrando essa santa Missa, ou estando simplesmente em silêncio, aqui, na tua presença, quero dar-te aquela glória e aquela alegria que Jesus te daria, se fosse ele a rezar-te ainda na terra”.

### **O que o Espírito diz à Igreja**

Gostaria, antes de concluir, de acenar a uma aplicação pastoral desta reflexão sobre o papel do Espírito Santo. Já citei outras vezes as palavras que o metropolitano ortodoxo Inácio de Laodiceia pronunciou numa solene reunião ecumênica em 1968, mas vale a pena recordá-las aqui:

“Sem o Espírito Santo:  
Deus é um ser distante,

Cristo é um personagem do passado,  
o Evangelho é letra morta,  
a Igreja é uma simples organização,  
a autoridade é dominação,  
a missão é propaganda,  
o culto é evocação,  
o agir cristão é uma moral de escravos.  
Mas, com o Espírito Santo:  
o Cosmo é elevado e geme nas dores do parto do Reino,  
o homem luta contra a carne,  
a presença do Cristo Ressuscitado é reconhecida,  
o Evangelho é vida e poder,  
Igreja significa comunhão trinitária,  
a autoridade é um serviço libertador,  
a missão um Pentecostes,  
a Liturgia é memorial e antecipação do mistério,  
o agir humano é divinizado”. [6]

Devemos fundamentar tudo no Espírito Santo. Não basta recitar um *Pater, Ave e Gloria*, no início das nossas reuniões pastorais, para depois passar rápida e impetuosamente à agenda do dia. Quando as circunstâncias o permitem, é preciso permanecer um pouco expostos ao Espírito Santo, dar-lhe tempo de se manifestar. Sintonizar-se com ele.

Sem estas premissas, resoluções e documentos permanecem palavras que se somam a palavras. Acontece como no sacrifício de Elias no Monte Carmelo. Elias juntou a lenha, molhou-a sete vezes; fez tudo o que podia; depois rezou ao Senhor para descer fogo céu e consumir o sacrifício. Sem esse fogo do alto, tudo teria permanecido apenas lenha húmida (cf. 1 Re 18,20ss).

São coisas que, sem barulho, começam a realizar-se na Igreja. Recebi este ano a carta de um pároco de uma diocese francesa. Dizia: “Há quase três anos, o nosso Arcebispo lançou-nos na aventura missionária e constituiu uma fraternidade de missionários diocesanos. Propomo-nos viver um ciclo de preparação ao baptismo no Espírito. Foi uma experiência belíssima, com 300 cristão de toda a diocese, junto com o Arcebispo. Pouco depois, todas as 28 clarissas de um mosteiro próximo pediram para fazer a experiência”.

Não se devem aguardar respostas imediatas e espetaculares. A nossa não é uma dança do fogo, como a dos sacerdotes de Baal no Monte Carmelo. Os tempos e os modos são conhecidos a Deus. Recordemos a palavra de Cristo aos seus apóstolos: “Não vos cabe saber os tempos e os momentos que o Pai determinou com a sua própria autoridade. Mas recebereis o Espírito Santo que descerá sobre vós, para serdes minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e na Samaria, e até aos confins da terra” (At 1,7-8). O importante é pedir e receber força do alto; o modo de se manifestar deve ser deixado a Deus.

Esta necessidade impõe-se particularmente no momento em que a Igreja se lança na aventura sinodal. Sobre este ponto, não nos resta senão reler e meditar as palavras pronunciadas pelo Santo Padre na homilia para a abertura do Sínodo em 10 de outubro passado. Nela, exortava a reservar “um tempo para dar espaço à oração, à adoração, àquilo que o Espírito quer dizer à Igreja”.

Eu pergunto-me se, ao menos nas assembleias plenárias de cada circunscrição, local ou universal, não seja possível designar um animador espiritual que organize tempos de oração e de oração da Palavra, ao lado das reuniões. “O testemunho de Jesus é o espírito de profecia”, diz o Apocalipse (Ap 19,10). O espírito de profecia manifesta-se preferencialmente num contexto de oração comunitária.

Temos um maravilhoso exemplo de tudo isso na ocasião da primeira crise que a Igreja teve que encarar na sua missão de proclamar o Evangelho. Pedro e João são detidos e encarcerados por terem “anunciado em Jesus a ressurreição dos mortos”. São liberados pelo Sinédrio com a ordem de “não falar ou ensinar, de modo algum, em nome de Jesus”. Os apóstolos encontram-se diante de uma situação que se repetirá tantas vezes ao longo da história: calar, faltando com o mandato de Jesus, ou falar, com o risco de uma intervenção brutal da autoridade que acabe com tudo.

O que fazem os apóstolos? Dirigem-se à comunidade. Esta reza. Alguém proclama o versículo do salmo: “Por que os reis de toda a terra se reúnem, e conspiram os governos todos juntos contra o Deus onipotente e seu Ungido” (Sl 2,2). Outro o aplica ao que aconteceu na aliança entre Herodes e Pôncio Pilatos em relação a Jesus. “Quando terminaram a oração

– lê-se – tremeu o lugar onde estavam reunidos. Todos, então, ficaram cheios do Espírito Santo e anunciaram corajosamente a palavra de Deus (*parresia*)” (cf. At 4,1-31). Paulo mostra que esta praxe não permaneceu isolada na Igreja: “Quando estiverdes reunidos – escreve aos Coríntios –, cada um dos presentes poderá entoar um salmo, transmitir um ensinamento ou uma revelação, falar em línguas ou interpretar” (1 Cor 14,26).

O ideal para toda a resolução sinodal seria podê-la anunciar à Igreja – ao menos idealmente – com as palavras do seu primeiro concílio. “Porque decidimos, o Espírito Santo e nós...” (At 15,28). O Espírito Santo é o único que abre estradas novas, sem jamais desmentir as antigas. Ele não faz coisas novas, mas faz novas as coisas! Isto é, não cria novas doutrinas e novas instituições, mas renova e vivifica aquelas instituídas por Jesus. Sem ele, estaríamos sempre atrasados na história. “O Espírito Santo – dizia o Santo Padre na homilia mencionada – sopra de modo sempre surpreendente para sugerir percursos e linguagens novos”. Ele – acrescento eu – é mestre daquele *aggiornamento* que São João XXIII pôs como finalidade do Concílio. O Concílio devia realizar um novo Pentecostes, e o novo Pentecostes deve agora realizar o Concílio!

A Igreja latina possui um tesouro para este fim: o hino *Veni Creator Spiritus*. Desde quando foi composto, no século IX, ele é entoado incessantemente na cristandade, como uma epiclese prolongada sobre toda a criação e sobre a Igreja. A partir dos primeiros anos do segundo milénio, a cada ano novo, cada século, cada conclave, cada concílio ecuménico, cada sínodo, cada ordenação sacerdotal ou episcopal, cada reunião importante na vida da Igreja, são inaugurados com o canto deste hino. Ele tem-se carregado de toda a fé, a devoção e o ardente desejo do Espírito das gerações que o cantaram antes de nós. E agora, quando é cantado, também pelo mais modesto coro de fiéis, Deus o escuta assim, com esta imensa “orquestração” que é a comunhão dos santos.

Peço-vos a caridade, Veneráveis Padres, irmãos e irmãs, de se levantarem e cantá-lo comigo, para invocar uma renovada efusão do Espírito sobre nós e toda a Igreja...

## Terceira Pregação

### “NASCIDO DE UMA MULHER”

“Quando se completou o tempo previsto, Deus enviou o seu Filho, nascido de uma mulher”. É sobre o significado e a importância destas últimas palavras – “nascido de uma mulher” – que queremos reflectir nesta última meditação, também pela sua pertinência com a solenidade do Natal que estamos prestes a celebrar.

Na Bíblia, a expressão “nascido de uma mulher” indica a pertença à condição humana feita de fraqueza e mortalidade. [1] Basta tentar tirar estas palavras do texto para nos darmos conta da sua importância. O que seria o Cristo sem elas? Uma aparição celeste, desencarnada. Também o anjo Gabriel “foi enviado” por Deus, mas para depois retornar ao céu como tinha descido dele. A mulher, Maria, é aquela que “ancorou” para sempre o Filho de Deus na humanidade e na história.

Assim leram as palavras de Paulo os Padres da Igreja que tiveram que combater contra a heresia gnóstica e docetista. Justamente eles põem em evidência o paralelismo que há entre a expressão “nascido de uma mulher” e aquela que o próprio Paulo usa em Romanos 1,3: “descendente de David segundo a carne”. [2] Inácio de Antioquia tem uma expressão que faz estremecer: diz que Jesus “é (nascido) de Maria e de Deus”, [3] quase como se nós disséssemos de alguém que é filho de tal homem e de tal mulher. Na realidade, em todo o universo, Maria é a única que pode dirigir-se a Jesus com as mesmas palavras do Pai celeste: “Tu és o meu filho, eu te gerei”.

O Apóstolo – faz notar Tertulliano – não diz “factum *per* mulierem”, mas “factum *ex* muliere”, isto é, nascido *de* mulher, não *através* da mulher. O motivo é que, no meio-tempo, a heresia docetista tinha evoluído e assumido uma veste menos radical. Sustentava que Jesus tinha sim uma carne, mas de origem celeste, não terrestre, passada através de Maria como através de um canal, tendo nela uma via, não uma mãe. [4] São Leão Magno colocará a expressão paulina “nascido de uma mulher” no coração do dogma cristológico, escrevendo no *Tomo a Flaviano* que Cristo é

“homem pelo facto de que ‘nasceu de mulher e nasceu sob a lei’... O nascimento na carne é clara prova da sua natureza humana”. [5]

Também a propósito da expressão paulina “nascido de uma mulher”, vemos realizar-se o grande princípio exegético formulado por São Gregório Magno, ou seja, que “a Escritura cresce com quem a lê”. [6] Já Santo Irineu lê Gálatas 4,2, “nascido de uma mulher”, à luz de Génesis 3,15: “Porei inimizade entre ti e a mulher”. [71] Maria aparece como a mulher que recapitula Eva, a mãe de todos os viventes! Não se trata de uma aparição marginal que entra em cena para depois desaparecer no nada. É a ancoragem de uma tradição bíblica que atravessa de um lado ao outro toda a Bíblia. Começa com a mulher “filha de Sião” que é a personificação de todo o povo de Israel e termina com a mulher do Apocalipse, “vestida do sol, tendo a lua debaixo dos pés” (Ap 12,1), que representa a Igreja.

“Mulher” é o termo com o qual Jesus se dirige a sua mãe em Caná e sob a cruz. É difícil, para não dizer impossível, não ver um elo, no pensamento de João, entre as duas mulheres: a mulher simbólica que é a Igreja e a mulher real que é Maria. Tal elo é colocado na *Lumen gentium* do Vaticano II que, justamente por isso, trata de Maria dentro da constituição sobre a Igreja.

#### **Cristo deve nascer da Igreja**

Há algum tempo, fala-se muito da dignidade da mulher. São João Paulo II escreveu uma Carta Apostólica sobre o tema, *Mulieris dignitatem*. Mesmo com toda a dignidade que nós, criaturas humanas, possamos atribuir à mulher, ficaremos sempre infinitamente abaixo do que fez Deus escolhendo uma delas para ser a mãe do seu Filho feito homem. "Ainda que tivéssemos tantas línguas quantas são as folhas da relva". [8] Muito tem sido feito nos últimos tempos para aumentar a presença das mulheres nas esferas de decisões da Igreja, e muito, talvez, ainda há por ser feito. Mas talvez não seja o caso de nos ocuparmos disso aqui. Devemos ocupar-nos, ao invés, de um outro âmbito, no qual não tem qualquer importância a distinção homem-mulher, porque a mulher de que estamos falando representa toda a Igreja, isto é, homens e mulheres da mesma maneira.



Em poucas palavras, trata-se disto: Jesus, que nasceu uma vez física e corporalmente de Maria, deve nascer agora espiritualmente da Igreja e de cada fiel. Uma tradição exegética que, no seu núcleo inicial, se remete a Orígenes, cristalizou-se na fórmula: “*Maria, vel Ecclesia, vel anima*” : Maria, isto é, a Igreja, isto é, a alma. Ouçamos como um autor medieval, Isaac de Stella, formula esta doutrina:

Nas Escrituras divinamente inspiradas, o que se afirma de modo universal da Virgem Mãe Igreja, é entendido de modo singular da Virgem Mãe Maria; e o que se afirma de modo especial de Maria, é entendido em sentido geral da Virgem Mãe Igreja... Enfim, toda a alma fiel, esposa do Verbo de Deus, mãe, filha e irmã de Cristo, é considerada também ela, ao seu modo, virgem e fecunda. A mesma Sabedoria de Deus, que é o Verbo do Pai, aplica assim universalmente à Igreja o que se afirma especialmente de Maria e, singularmente, também de toda a alma fiel. [9]

Iniciemos pela aplicação eclesial. Se, no “sentido mais pleno” (o chamado *sensus plenior*), a mulher na Escritura indica a Igreja, então a afirmação de que Jesus nasceu de uma mulher implica que ele deve nascer hoje da Igreja!

Há um ícone muito difundido entre os cristãos ortodoxos, que é chamado de *Panhagia*, isto é, a Toda Santa. Nele, vemos Maria de pé, em estatura completa. Em seu peito, como que irrompendo de dentro, sobressai o menino Jesus, que tem a majestade de um adulto. O olhar do devoto é atraído pelo menino, antes mesmo que pela mãe. Ela, por sua vez, está com os braços erguidos, quase convidando a olhar para ele e dar-lhe espaço. Assim deveria ser a Igreja. Quem a olha não deveria deter-se nela, mas ver Jesus. É a luta contra a auto-referencialidade da Igreja, sobre a qual frequentemente têm insistido os dois últimos Sumos Pontífices, Bento XVI e o Papa Francisco.

Há um conto do escritor Franz Kafka, que é um poderoso símbolo religioso a tal propósito. É intitulado “Uma mensagem imperial”. Fala de um rei que, no leito de morte, chama ao seu lado um súbdito e lhe sussurra uma mensagem ao ouvido. É tão importante aquela mensagem que lhe faz repetir, por sua vez, ao próprio ouvido. Então, despede com um aceno o mensageiro, que se põe a caminhar. Mas escutemos directamente do autor o

desenvolvimento da narrativa, marcada pelo tom onírico e quase como um pesadelo, típico deste escritor:

Lançando um braço aqui, outro acolá, o mensageiro abre alas por entre a multidão e avança ligeiro como ninguém. Mas a multidão é imensa, e as salas não acabam. Como voaria se tivesse via livre! Mas ele esforça-se em vão; ainda continua a afadigar-se pelas salas interiores do palácio, do qual nunca sairá. E mesmo que conseguisse, isto nada quereria dizer: ele teria que lutar para descer as escadas. E mesmo que conseguisse, ainda nada teria feito: haveria que cruzar os pátios; e, depois dos pátios, o segundo círculo dos edifícios. Se conseguisse precipitar-se, finalmente, para fora da última porta – mas isso nunca, nunca poderá acontecer – eis que, diante dele, alçar-se-ia a cidade imperial, o centro do mundo, em que se amontoam montanhas dos seus detritos. Lá no meio, ninguém é capaz de avançar, nem mesmo com a mensagem de um morto. Tu, no entanto, sentas-te à tua janela e sonhas com aquela mensagem quando a noite vem. [10]

Não se pode deixar, ao ler este conto, de pensar em Cristo que, antes de deixar este mundo, confiou à Igreja a mensagem: “Ide pelo mundo inteiro e anunciai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16,15). E não se pode deixar de pensar em tantos homens que estão à janela e sonham, sem saber, com uma mensagem como a dele.

Temos que fazer todo o possível para que a Igreja nunca se pareça ao palácio complicado e assombroso descrito por Kafka, e para que a mensagem possa sair dela tão livre e alegre como quando começou a sua corrida. Sabemos quais são os impedimentos que podem reter o mensageiro: as muralhas divisórias, começando por aquelas que separam as várias igrejas cristãs umas das outras; a burocracia excessiva; os resíduos de cerimoniais, leis e disputas do passado, que se tornaram, enfim, apenas detritos.

Acontece de forma parecida com certas construções antigas. Ao longo dos séculos, para se adaptar às exigências do momento, foram acrescentados divisórias, escadas, salas, antessalas e depósito sob as escadas. Chega o momento em que percebemos que todas essas adaptações não mais respondem às exigências actuais, antes, são obstáculo; então, é preciso ter a

coragem de derrubá-las e reportar o edifício à simplicidade e linearidade de suas origens, em vista de uma renovada utilização.

Citei este conto na pregação que proferi em São Pedro, na Sexta-feira Santa de 2013, no primeiro ano de Pontificado do atual Sumo Pontífice. Se me permiti repetir aqui estes pensamentos, é para agradecer a Deus pelos passos decisivos que a Igreja tem feito nesse espaço de tempo para sair de si mesma e “ir ao encontro das periferias existenciais do mundo”.

#### **Cristo deve nascer da alma**

Falta-nos reflectir agora sobre o que nos diz respeito mais de perto: o nascimento de Cristo da alma fiel. “Cristo – escreve São Máximo Confessor – nasce sempre, como quer, misteriosamente, encarnando-se através daqueles a quem salva: ele faz da alma grávida uma mãe virgem”. [11]

Como tornar-se mãe de Cristo, explica-nos Jesus no Evangelho: escutando, diz ele, a Palavra e pondo-a em prática (cf. Lc 8,21). É importante notar que há duas operações para se fazer. Também Maria se tornou mãe de Cristo através de dois momentos: primeiro, concebendo-o, depois, dando-o à luz.

Há duas maternidades incompletas ou dois tipos de interrupção de maternidade. Uma é aquela, antiga e bem conhecida, do aborto. Ela acontece quando se concebe uma vida, mas não se dá à luz, porque, no meio-tempo, ou por causas naturais ou pelo pecado dos homens, o feto morre. Até há pouco tempo, este era o único caso conhecido de maternidade incompleta. Hoje conhece-se um outro, que consiste, ao contrário, em dar à luz um filho sem tê-lo concebido. Isso acontece no caso de filhos concebidos em proveta e inseminados no ventre de uma mulher, ou no caso do útero emprestado para acolher, talvez a pagamento, vidas humanas concebidas em outra parte. Neste caso, o que a mulher dá à luz não provém dela, não é concebido “primeiro no coração e depois no corpo”, como diz Agostinho de Maria. [12]

Infelizmente, também no plano espiritual, há estas duas tristes possibilidades. Concebe Jesus, sem dá-lo à luz, quem acolhe a Palavra, sem pô-la em prática; quem continua a fazer um aborto espiritual após outro,

formulando propósitos de conversão que depois são sistematicamente esquecidos e abandonados pelo meio do caminho. Afirma São Tiago, são aqueles que observam o seu rosto no espelho com pressa, saem e logo se esquecem como era a sua aparência (cf. Tg 1,23-24).

Por sua vez, dá à luz Cristo sem tê-lo concebido quem faz tantas obras, até boas, mas que não vêm do coração, do amor a Deus e da reta intenção, mas sobretudo do hábito, da hipocrisia, da busca da própria glória e do próprio interesse, ou simplesmente da satisfação por fazer. As nossas obras são “boas” apenas se provêm do coração, se são concebidas por amor a Deus e na fé. Em outras palavras, se a intenção que nos guia é reta, ou ao menos nos esforçamos por ratificá-la.

São Francisco de Assis tem uma palavra que resume bem o que me esforço para evidenciar:

Somos mães de Cristo – afirma – quando o levamos no nosso coração e no nosso corpo, pelo amor divino e a consciência pura e sincera; e o damos à luz pela santa operação, que deve iluminar os outros com o exemplo. [13]

Nós, quer ele dizer, concebemos Cristo quando o amamos em sinceridade de coração e com rectidão de consciência, e o damos à luz quando fazemos obras santas que o manifestam ao mundo e dão glória ao Pai que está nos céus (cf. Mt 5,16). São Boaventura desenvolveu este pensamento do seu Seráfico Pai em um opúsculo intitulado “As cinco festividades do Menino Jesus”. [14] Tais festas são para ele: a concepção, o nascimento, a circuncisão, a Epifania e a Apresentação ao templo. O santo explica como celebrar espiritualmente cada uma destas festas na própria vida. Limito-me ao que diz sobre as primeiras duas festas: a concepção e o nascimento.

Para São Boaventura, a alma concebe Jesus quando, insatisfeita com a vida que leva, estimulada por santas inspirações e inflamando-se de santo ardor, enfim, separando-se decididamente de seus velhos hábitos e defeitos, é como se fosse fecundada espiritualmente pela graça do Espírito Santo e concebe o propósito de uma vida nova. Aconteceu a concepção de Cristo!

Uma vez concebido, o bendito Filho de Deus nasce no coração, quando, após ter feito um sã discernimento, pedido conselho oportuno, invocado o auxílio de Deus, a alma imediatamente atua o seu santo propósito, começando a realizar o que há tempos vinha amadurecendo, mas que sempre tinha adiado por medo de não ser capaz disso.

Mas é necessário insistir numa coisa: este propósito de vida nova deve traduzir-se, sem demora, em algo concreto, numa mudança, possivelmente também exterior e visível, na nossa vida e nos nossos hábitos. Se o propósito não for actuado, Jesus é concebido, mas não nasce. É um dos tantos abortos espirituais. Jamais se celebrará a “segunda festa” do Menino Jesus, que é o Natal! É um dos muitos adiamentos, dos quais talvez tenha sido pautada a nossa vida.

Uma pequena mudança para começar poderia ser fazer-se um pouco de silêncio ao nosso redor e dentro de nós. “Que bom seria - o Santo Padre disse na última audiência geral - se cada um de nós, a exemplo de São José, pudesse recuperar esta dimensão contemplativa da vida, aberta no silêncio”. Uma antiga antífona da época do Natal dizia que a Palavra de Deus desceu do céu *dum medium silentium tenerent omnia*: "enquanto tudo em volta era silêncio".

Em primeiro lugar, tentemos silenciar o ruído que está dentro de nós, os processos que sempre se passam nas nossas mentes, sobre pessoas e factos, dos quais sempre emergimos como vencedores. Vamos transformar-nos de acusadores em defensores dos irmãos, pensando em quantas coisas os outros podem culpar-nos. Nos julgamentos canónicos - pelo menos no passado - após a acusação, o juiz proferia a fórmula: "*Audiatur et altera pars*": Agora ouça a parte oposta. Quando estivermos julgando alguém, aprendamos a repetir peremptoriamente essa fórmula para nós mesmos: *Audiatur et altera pars!* Experimente colocar-se no lugar do irmão!

Voltemos com o pensamento a Maria. Sobre a mulher grávida, Tolstoi faz uma observação que pode ajudar-nos a compreender e a imitar a Virgem neste final do Advento. O olhar da mulher expectante, diz, tem uma doçura estranha e está mais voltado para dentro de si do que para fora, porque dentro de si é a realidade mais bela do mundo. Então era o olhar de Maria que carregou o criador do universo em seu ventre. Vamos imitá-la

reservando para nós alguns momentos de verdadeiro recolhimento para fazer nascer Jesus nos nossos corações. A melhor resposta à tentativa da cultura secularizada de eliminar o Natal da sociedade é internalizá-lo e trazê-lo de volta à sua essência.

Está para se concluir o ano em que se celebrou o sétimo centenário da morte de Dante Alighieri. Concluamos, fazendo nossa a estupenda oração à Virgem do último canto do seu Paraíso. Também ele, como Paulo e João, chama Maria simplesmente “a Mulher”:

“Virgem Mãe, por teu Filho procriada,  
Humilde e superior à criatura,  
Por conselho eternal predestinada!  
Por ti se enobreceu tanto a natura  
Humana, que o Senhor não desdenhou  
De se fazer de quem criou, feitura.  
No seio teu o amor aviventou-se,  
E ao seu ardor, na paz da eternidade,  
O germe desta flor assim formou-se.  
Meridiana Luz da Caridade  
És no céu! Viva fonte de esperança  
Na terra és para a fraca humanidade!  
Há tal grandeza em ti, há tal pujança,  
Que quer sem asas voe o seu anelo  
Quem graça aspira em ti sem confiança.  
Ao mísero, que roga ao teu desvelo  
Acode, e, às mais das vezes, por vontade  
Livre, te praz sem súplica valê-lo.  
Em ti misericórdia, em ti piedade,  
Em ti magnificência, em ti se aduna  
Na criatura o que haja de bondade”. [15]

*Santo Padre, Veneráveis Padres, irmãos e irmãs, feliz Natal!*

### Notas à primeira pregação

- [1] João Paulo II, *Ecclesia de Eucharistia*, 6.
- [2] Cf. Giunta Bevegnati, *Vita e miracoli della Beata Margherita da Cortona*, II, 6 (trad. ital. Vicenza 1978, p. 19ss).
- [3] Cf. A. Michel, *Reviviscence des sacrements*, in DTC, XIII,2, Paris 1937, coll. 2618-2628.
- [4] Cf. *Summa theologiae*, II-II, 1,2, ad 2.
- [5] Cf. Gregório Magno, *Homilias sobre Ezequiel*, I,2,1.
- [6] Cf. Leão Magno, *Sermão 1 sobre o Natal*, 3.
- [7] Cf. Cipriano, *De unitate Ecclesiae*, 6.
- [8] Cf. Agostinho, *Discursos*, 69 (PL 38, 440) (*lutea vasa sibi invicem angustias facientes*).

### Notas à segunda pregação

- [1] In *Enchiridion Fontium Historiae Ecclesiasticae Antiquae*, Herder 1965, pp.92-94.
- [2] Cf. H.U. von Balthasar, “Casta meretrix, in *Sponsa Chnrusti*, Morcelliana, Brescia, 1969.
- [3] Boaventura, *Itinerário da mente para Deus* 7,4.
- [4] Cf. Lutero, *Sermone di Pentecoste* (WA, 12, p. 568ss).
- [5] Cf. Raimundo de Cápua, *Leggenda maggiore*, 113.
- [6] Metropolita Inácio de Laodiceia, in *The Uppsala Report*, Genebra 1969, p. 298.

### Notas à terceira pregação

- [1] Cf. Jó 14,1;15,14;25,4.
- [2] Inácio de Antioquia, *Tralliani* 9,1; *Smirnesi* 1, Irineu de Lião, *Adv. Haer.* III, 16,3.
- [3] Inácio de Antioquia, *Efésios*, 7,1.
- [4] Cf. Tertuliano, *De carne Christi*, 20.
- [5] Cf. Leão Magno, *Carta 28 a Flaviano*, 4.
- [6] Gregório Magno, *Comentário moral a Giobbe*, XX,1.
- [7] Irineu, *Adv. Haer.* IV,40,3.

- [8] Lutero, *Comentário ao Magnificat* (ed. Weimar 7, p. 572 s).
- [9] Cf. Isaac de Stella, *Discursos* 51 (PL, 194, 1863ss)
- [10] Cf. F. Kafka, *Un messaggio imperiale*, in *Racconti*, Milano 1972, pp. 146ss.
- [11] Cf. S. Máximo Confessor, *Comentário ao Pai nosso* (PG 90, 889).
- [12] Cf. Sto. Agostinho, *Discursos* 215,4 (PL 38, 1074).
- [13] S. Francisco de Assis, *Carta aos fiéis* 1.
- [14] Cf. S. Boaventura, *De quinque festivitibus Pueri Jesu* (ed. Quaracchi 1949, pp. 207ss)
- [15] Original em italiano:

Vergine Madre, figlia del tuo figlio,  
umile e alta più che creatura,  
termine fisso d'eterno consiglio

tu se' colei che l'umana natura  
nobilitasti sì, che 'l suo fattore  
non disdegnò di farsi sua fattura.

Nel ventre tuo si raccese l'amore,  
per lo cui caldo ne l'eterna pace  
così è germinato questo fiore.

Qui se' a noi meridiana face  
di caritate, e giuso, intra ' mortali,  
se' di speranza fontana vivace.

Donna, se' tanto grande e tanto vali,  
che qual vuol grazia e a te non ricorre,  
sua disianza vuol volar sanz'ali.

La tua benignità non pur soccorre  
a chi domanda, ma molte fiata  
liberamente al dimandar precorre.

In te misericordia, in te pietate,  
in te magnificenza, in te s'aduna  
quantunque in creatura è di bontate.